



TEMA
Estados Abertos para a Governança Democrática Contra a Corrupção

LOCAL
Lima, Perú

DATA
11 y 12 de abril de 2018

PARTICIPANTES
Parlamentares de 25 países.



Esta atividade está alinhada com o SDG 16

ParlAmericas na Cúpula das Américas 3ª Reunião da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas

#ParlAmericasOPN

O ParlAmericas, em colaboração com o Congresso da República do Peru, realizou a 3ª Reunião da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas: Estados Abertos para a Governança Democrática contra a Corrupção, reunião oficial da VIII Cúpula das Américas. Durante esta reunião, parlamentares e especialistas compartilharam práticas e ideias sobre como enfrentar a corrupção, levando em conta os princípios do parlamento aberto e, também, reconheceram a importância de abordar esta questão transversalmente, envolvendo todas as agências e instituições públicas e sociedade civil.

A inauguração começou com as palavras de boas-vindas dadas pelo Deputado. Robert Nault (Canadá), Vice-Presidente do ParlAmericas, pela Deputada Karla Prendas (Costa Rica), Vice-Presidenta da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas pela América Central, e pelo Deputado Luis Galarreta (Peru), Presidente do Congresso

da República e anfitrião desta atividade. O discurso principal ficou a cargo de Martin Kreutner, Reitor e Secretário Executivo da [Academia Internacional Contra a Corrupção](#).

“La corrupción es la antítesis de los derechos humanos, el veneno del estado de derecho, el virus que intoxica la prosperidad y el desarrollo, el retroceso de la equidad y la igualdad. Invertir en la educación y el empoderamiento contra la corrupción es, por lo tanto, la forma inteligente para lograr el desarrollo sostenible, salvaguardando los derechos humanos y fortaleciendo el estado de derecho en el camino hacia 2030 y más allá.”



Martin Kreutner,
Reitor e Secretário Executivo da Academia Internacional contra a Corrupção



Deputado **Luis Galarreta** (Peru),
Presidente do
Congresso da
República

"Temos um longo caminho e vários desafios a serem enfrentados e resolvidos. Estes fóruns e a maneira como iremos abordar os temas [durante a reunião] nos ajudará a obter propostas de soluções, bem como a medir se estamos no caminho certo, o quanto já avançamos, e o quanto ainda podemos avançar."

"Os poderes executivos dos nossos países não podem enfrentar a corrupção sozinhos. Eles precisam da nossa ajuda para ter sucesso, em parte porque a corrupção ocorre em muitos níveis em nossas sociedades. Todas as partes relevantes devem trabalhar juntas para desenvolver estratégias que identifiquem as causas e raízes da corrupção e, para que abordem suas consequências negativas. Os esforços em ambas as áreas devem ser realizados simultaneamente e devem ser implacáveis."



Deputado **Robert Nault** (Canadá), Vice-
Presidente do
ParlAmericas

"Os parlamentos, sem dúvida, têm um papel ativo e importante nessa luta contra a corrupção. Esse papel não se limita apenas ao controle político que podemos fazer desde os parlamentos, mas, também, engloba ações e medidas administrativas que visem dar suporte à luta contra a corrupção, bem como a criação de legislações nessa direção."



Deputada **Karla Prendas** (Costa Rica), Vice-
Presidenta da Rede
de Parlamento
Aberto do
ParlAmericas para a
América Central



A Cúpula das Américas reúne os Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros do Hemisfério para discutir questões de política e afirmar valores comuns, bem como para criar compromissos concretos em nível nacional e regional a fim de lidar com os desafios atuais e futuros enfrentados pelos países das Américas. Na VIII Cúpula, os Chefes de Estado e de Governo das Américas abordaram o tema "Governança Democrática contra a Corrupção" para definir conjuntamente uma agenda hemisférica que aborde os desafios urgentes e influencie mudanças positivas na região.

A participação dos parlamentares em espaços como o da Cúpula das Américas é particularmente importante, tendo em vista o papel que desempenham na execução eficaz dos compromissos e acordos entre os Estados membros. Neste sentido, ao poder legislativo compete a elaboração das reformas legislativas necessárias, bem como a aprovação do orçamento nacional para garantir a alocação de recursos conforme às prioridades estabelecidas e, o acompanhamento necessário e controle político do cumprimento dos compromissos assumidos pelos seus governos.

O ParlAmericas, como a instituição que promove a diplomacia parlamentar no sistema interamericano, apresentou [recomendações iniciais para o Grupo de Revisão da Implementação da Cúpula \(GRIC\)](#) e, em colaboração com o Congresso da República do Peru, organizou a 3ª Reunião da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas, reunião parlamentar oficial da VIII Cúpula das Américas, na qual adotou-se uma declaração de compromisso parlamentar. O [Compromisso de Lima](#), resultado da Cúpula, considerou estas recomendações.

Sessão de trabalho 1: Balanço: a corrupção piorou ou as medidas de transparência a tornou mais visível?

Depois dos últimos casos de corrupção envolvendo vários países do hemisfério, torna-se crucial compreender esse problema em profundidade, a fim de adotar medidas que efetivamente a combatam. Tendo em mente os mecanismos internacionais desenvolvidos para abordar a questão da corrupção, a sessão moderada por Guadalupe Valdez, ex-parlamentar da República Dominicana, que incluiu a apresentação de Michael Arrighi, Secretário de Assuntos Jurídicos da Organização dos Estados Americanos (OEA), enfatizou o Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana Contra a Corrupção (MESICIC) e, as leis modelo desenvolvidas pela OEA sobre transparência e integridade. As e os parlamentares participaram de um diálogo durante esta sessão, destacando os princípios, ações e regras adotadas em seus respectivos países, para combater a corrupção.

"O Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana Contra a Corrupção foi criado em 2001, com o objetivo de analisar o cumprimento, por parte dos Estados membros da organização, das obrigações estabelecidas nesta convenção. Muitas dessas obrigações passam necessariamente pela atividade do parlamento, uma vez que exigem o desenvolvimento e aprovação de novas leis e mecanismos legais, a criação de novas instituições nacionais, bem como o fortalecimento normativo daquelas já existentes em termos de controladoria, transparência, acesso à informação pública e, acesso da sociedade civil às diferentes atividades."



Jean Michel Arrighi, Secretário de Assuntos Jurídicos, Organização dos Estados Americanos (OEA)

Ferramentas desenvolvidas pela OEA para combater a corrupção

[Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana Contra a Corrupção](#) (MESICIC): instrumento intergovernamental que apóia a implementação das disposições e analisa o cumprimento das normas adotadas pelos Estados membros da OEA na [Convenção Interamericana Contra a Corrupção](#)

Leis modelo: conjuntos normativos mínimos que ajudam as e os parlamentares a adequar, adaptar ou atualizar a legislação nacional de acordo com as obrigações internacionais que assumiram. Já foram desenvolvidas Leis modelo sobre o [acesso à informação pública](#), [suborno transnacional](#) e [enriquecimiento ilícito](#)



Agenda Legislativa de Congresso de Peru

A Agenda Legislativa é uma ferramenta de planejamento que concilia e prioriza os temas que o Parlamento e o Governo pretendem avançar durante o ano em curso. Este instrumento é aprovado pelo pleno do parlamento no início do período anual das sessões. A Agenda Legislativa do período de 2017-2018 inclui quatro objetivos: democracia e estado de direito, equidade e justiça social, competitividade do país e estado eficiente, transparente e descentralizado. Este instrumento foi apresentado pelo Presidente do Congresso da República do Peru, Deputado Luis Galarreta.

Diálogo Interparlamentar sobre Medidas de Combate à Corrupção



Senador **Dalmacio Mera** (Argentina)

"Estamos trabalhando com o Governo em um projeto de lei, previamente abordado com algumas das organizações da sociedade civil envolvidas nestas questões, [...] que aborda dois temas: um é a questão do financiamento das campanhas políticas, cada vez mais caras, e, o outro, a questão da institucionalidade dos partidos políticos, para entender até onde um sistema democrático baseado em partidos que aparecem e desaparecem a todo momento não tem o controle da justiça, o que acaba por favorecer ou facilitar um sistema que está submerso na corrupção, que se torna sistêmica."

"Integridade, transparência, e prestação de contas, são os três pilares que devem começar pelo governo e por nós parlamentares, sendo importante pressionar o ponto mais alto do governo para que possamos ser exemplo de integridade e transparência."



Senadora **Rosa Gálvez** (Canadá)



Membro da Assembleia Nacional **Guillermo Celi** (Equador)

"Aprovamos no primeiro debate um projeto de reforma política para o combate à corrupção. No entanto, precisamos de apoio para criar a lei de extinção de domínio para que aqueles que roubaram o dinheiro dos equatorianos sejam forçados a devolvê-lo imediatamente."



Deputado **Javier Ortega** (Panamá)

"Estudantes de direito apresentaram um projeto à Assembleia, através do Escritório de Participação Cidadã, que sugere a imprescritibilidade para acabar com a corrupção. Nós assumimos a responsabilidade de aprová-lo há uma semana."





Deputada
Paulina Núñez
(Chile)

"No Chile, temos sido pioneiros na agenda de transparência e probidade, que continuou após as mudanças de governo [...] O melhor antídoto contra a corrupção é a transparência, e sabemos que a melhor supervisão é feita pela cidadania. A participação cidadã e a entrega de informações aos mesmos, é o que nos permitirá transmitir o que estamos fazendo. Para tanto, contamos com o "Senador Virtual" no Senado, uma ferramenta que permite a cidadania participar da discussão das leis, das comissões e da redação das mesmas."



Deputado **Andrea Villagrán**
(Guatemala)

"Existe na Guatemala uma delegação das Nações Unidas intitulada Comissão Internacional Contra a Impunidade (CICIG) e, graças a esta comissão, foram revelados diferentes casos de corrupção no governo [...] Por ser instituição independente, está sendo possível avançar na luta contra a corrupção."



Senador José
Antonio Olvera
(México)

"O México vem trabalhando arduamente para criar o Sistema Nacional Anticorrupção, onde importantes setores da sociedade civil colabaram. A participação da sociedade civil nesse tipo de atividade se dá também através da escolha dos dirigentes do sistema. A procuradoria e o próprio legislativo também participam."

"Estamos criando um grupo parlamentar multipartidário para que tenha maior aprovação dentro da Assembleia Nacional. Estamos também trabalhando com a sociedade civil para levar um projeto de lei ao parlamento que aborda a transparência fiscal que tanto precisamos, para saber quanto dinheiro entra e quanto dinheiro sai."



Membro da
Assembleia Nacional
Paola Vintimilla
(Equador)



"Existem cinco questões fundamentais: o controle dos atos do Poder Executivo, o uso de recursos, a fiscalização das entidades governamentais, leis para conseguir a recuperação de ativos e o controle dos organismos especializados, responsáveis pela administração da justiça, de modo que a justiça seja feita com severidade e agilidade."



Deputado **Edward Campbell** (Cuba)



"Estamos realizando, por iniciativa da presidência da Câmara dos Deputados, fóruns legislativos que consistem em visitas às províncias por um certo número de legisladores, daquela localidade, para interagirem com os cidadãos e cidadãs. Toda a sociedade civil participa e nos propõe iniciativas que podem se transformar em projetos de resolução ou projetos de lei."



Deputada **Angela Pozo** (República Dominicana), Vice-Presidenta da Câmara dos Deputados

"A corrupção está realmente se tornando mais visível. A confiança nos políticos e nas instituições de governo está desaparecendo [...] No Suriname temos, pela primeira vez na história, uma Lei Anticorrupção, bem como outros regulamos sobre a matéria, mas isso é apenas um começo."



Membro da Assembleia Nacional **Jennifer Simons** (Suriname), Presidenta da Assembleia Nacional



"Para nós a lei de transparência e acesso à informação é um ponto fundamental para que a cidadania tenha a chave de controlador e possa executar esta função [...]. Além disso, em um projeto de lei que estamos discutindo, prevemos a criação de um organismo que irá se encarregar da questão da transparência, de forma autônoma, para garantir o acesso à informação."



Deputado **Winston Flores** (Venezuela)

Sessão de trabalho 2: A Ética e Proibidade para um Parlamento com Integridade

Os padrões éticos no serviço público desempenham um papel crucial no fortalecimento da integridade do parlamento. Da regulamentação de conflitos de interesses aos códigos de conduta e entendimento de comissões de ética e integridade, que impedem e sancionam casos de corrupção, torna-se fundamental avançar para uma cultura que permita a recuperação da confiança da cidadania nas instituições democráticas.

Esta sessão foi moderada pelo representante **Rodrigo Lara** (Colômbia), Presidente da Câmara dos Representantes, e incluiu as apresentações do Deputado **Javier Macaya** (Chile), do Senador **Ranard Henfield** (Bahamas), e da Deputada **Yeni Vilcatoma** (Peru). Os tópicos abordados foram, principalmente, o códigos de conduta, conflitos de interesse, contratos públicos, comissões de ética e integridade, sua conformação e independência, e a proteção dos denunciadores. Após a apresentação do painel, foram compartilhados exemplos e reflexões sobre os temas abordados.

“Quando estamos diante de um conflito entre interesses privado e público, sem que isso constitua um delito, torna-se mais difícil resolver a situação uma vez que se trate de uma zona cinza, cada vez mais frequente no mundo globalizado [...] tendo em vista essa problemática, surge então a discussão sobre as comissões de ética de natureza externa, fora dos congressos, porque é necessário definir quando ou em que medida o interesse privado pode influenciar na atuação objetiva dos funcionários públicos.”



Representante **Rodrigo Lara** (Colômbia), Presidente da Câmara de Representantes



Deputado **Norma Guevara** (El Salvador)

“A integridade deve ser a barreira à corrupção. Se promovermos a integridade na família, nas escolas, na empresa, e nas instituições, teremos menos corrupção. Além disso, a integração de órgãos de controle, seus papéis e procedimentos, também podem ajudar nesse processo, bem como a vigilância por parte da sociedade civil.”

“O desafio que temos é que a separação de poderes pode ser muito confusa, no sentido de que é possível ter um gabinete no qual todo o executivo é composto pelos parlamentares mais ou menos eleitos. Temos uma situação única em Granada, onde em três ocasiões diferentes todas as cadeiras foram ganhas por um partido político.”



Senador **Chester Humphrey** (Granada), Presidente do Senado

“No que diz respeito à independência das comissões de ética, não tenho dúvidas de que a possibilidade de tornar público, e de se responsabilizar os congressistas em relação às suas ações, é algo que finalmente nos faz ter uma comissão ética que funciona. O fato de haver equilíbrio e, por exemplo, a presidência ser integrada por um parlamentar da oposição, administrado pela Câmara dos Deputados, é algo que torna essa supervisão mais eficiente.”



Deputado **Javier Macaya** (Chile), Vice-Presidente eleito da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas para a América do Sul

“Existem quatro aspectos principais que, na minha opinião, devem ser considerados ao elaborar ou alterar a nossa legislação para lutar pela integridade. Em primeiro lugar, uma comissão de integridade será mais eficaz se for autônoma e razoavelmente constituída [...] Temos que receber nomeações, não só pelo governo mas, também, pela oposição, pela sociedade civil, pelo judiciário, por ordens de advogados e pela mídia [...] O diretor deve ser eleito pelos comissários, em vez de nomeado pelo presidente ou pelo primeiro-ministro. Gostaria também de salientar que o orçamento da comissão deve ser adequado para funcionar, um orçamento suficiente para investigar [...] e a Comissão deve estar ligada a um código de conduta juridicamente vinculativo.”



Senador **Ranard Henfield** (Bahamas)



Deputada **Yeni Vilcatoma** (Peru)

“É necessário que as investigações no parlamento, que são iniciadas por atos de corrupção que irão dismantelar organizações criminosas, também forneçam medidas de proteção eficazes àquelas pessoas que irão fornecer essas informações [...] no Ministério Público (do Peru) há uma Unidade para a Proteção de Vítimas, Testemunhas e Colaboradores Eficazes que fornece proteção policial, ocultação de localização, assistência legal e psicológica. Esses funcionários (da Unidade) trabalham por vocação, mas, não têm o orçamento adequado que, por fim, faz com que o colaborador ou a testemunha retornem ao seu local de origem, sejam capturados pelo grupo criminoso, e não cheguem a testemunhar na data do julgamento.”



Sessão de trabalho 3: O Papel das Mulheres Parlamentares na Luta contra a Corrupção

Deputada
**Alejandra
Aramayo** (Peru)



"Existem alguns desafios importantes a considerar ao desenvolver políticas anticorrupção com uma perspectiva de gênero. Isso tem a ver com a abordagem das formas de corrupção que afetam as mulheres em maior proporção, como a extorsão sexual. Portanto, as mulheres devem ser totalmente incluídas e envolvidas nos esforços de combate à corrupção e na boa governança."

A corrupção tem diferentes impactos sobre as mulheres e grupos marginalizados, que nem sempre são reconhecidos ou considerados nas reformas anticorrupção e na formulação de políticas públicas.

Portanto, a incorporação do gênero é uma ferramenta essencial para resolver o problema da corrupção. Esta sessão foi uma iniciativa promovida pela Presidência do Congresso da República do Peru e foi moderada pela Deputada **Alejandra Aramayo** (Peru), Presidenta da Mesa de Mulheres Parlamentares do Congresso da República do Peru, pela Deputada **Luz Salgado** (Peru), pela Deputada **Ana Belén Marín** (Equador), pela Deputada **Luciana León** (Peru), pela Senadora **Akilah Byron-Nisbett** (São Cristóvão e Névis), e pela Vice-Presidenta da Assembleia Nacional e Deputada **María Elena Foronda** (Peru).

"A cidade se manifestou em um referendo popular e um referendun para que haja um verdadeiro [Conselho de Participação Cidadã e Controle Social](#). [...] Criamos um quinto poder do Estado e, com essas reformas, o que se pretende é promover a equidade de gênero[...] Temos regulamentos que preveem que os membros do Conselho não sejam colocados por indicação do presidente ou da vontade de certos atores políticos, mas, sim, eleitos pela população respeitando a equidade de gênero observando os votos para homens e mulheres, bem como para nacionalidades indígenas, afro-descendentes e também migrantes. Esta é a verdadeira participação cidadã."



Membro da
Assembleia
Nacional
**Ana Belén
Marín**
(Equador)





Senadora **Akilah Byron-Nisbett** (São Cristóvão e Névis), Vice-Presidente da Assembléia Nacional

"Quando olhamos para a idéia de corrupção e como as mulheres podem ser mais incluídas ou, ter mais voz, [nos esforços para combater esse fenômeno], o que precisamos considerar é a necessidade de igualdade de gênero nos órgãos de decisão. É imperativo que trabalhemos para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 para a igualdade de gênero."



Deputada **Luciana León** (Peru)

"Uma das leis mais importantes que gostaria de destacar é a modificação da Lei Orgânica de Eleições. O objetivo desta lei é promover a adequação de candidatos a cargos públicos e representativos. É uma das regulamentações anticorrupção mais importantes que aprovamos nesta legislatura, uma vez que nos impede de nos candidatar a presidente, vice-presidente, congresso, parlamento andino, bem como cargos de representação local para aqueles que foram condenado por crimes de corrupção."

"As mulheres devem fazer a diferença a partir do Congresso da República [...] entendo que devemos nos esforçar desde o parlamento, trabalhando por uma cultura de honestidade e integridade, a partir de uma visão diferente que as mulheres têm. É por isso que uma das principais leis por mim defendida foi a lei de cota, que permitiu que os partidos políticos não apenas nos olhassem como acompanhantes, mas que nos colocassem nas listas."



Deputada **Luz Salgado** (Peru)

"Um assunto muito debatido é onde os fundos para campanhas políticas se originam. Precisamos de uma reforma urgente e transcendental dos partidos políticos para que eles não usem fundos privados e, que isso signifique um compromisso a priori quando se trata de implementar uma agenda política."



Deputada **María Elena Foronda** (Peru)

Mesa de Mulheres Parlamentares do Congresso da República do Peru

A [mesa de Mulheres Parlamentares do Congresso da República do Peru](#) é um espaço multipartidário que reúne mulheres do parlamento peruano e trabalha pelo empoderamento das mulheres parlamentares, pelo respeito aos direitos fundamentais e incentiva sua participação na vida política. O objetivo é fortalecer os mecanismos para garantir a participação das 36 mulheres parlamentares no exercício de suas funções.

A mesa de Mulheres Parlamentares realiza grupos de trabalho, reuniões descentralizadas, entre outras atividades, a fim de abordar as questões que são consideradas prioritárias para a implementação de medidas em favor das mulheres. Para mais informações, consulte a página no [Facebook](#).

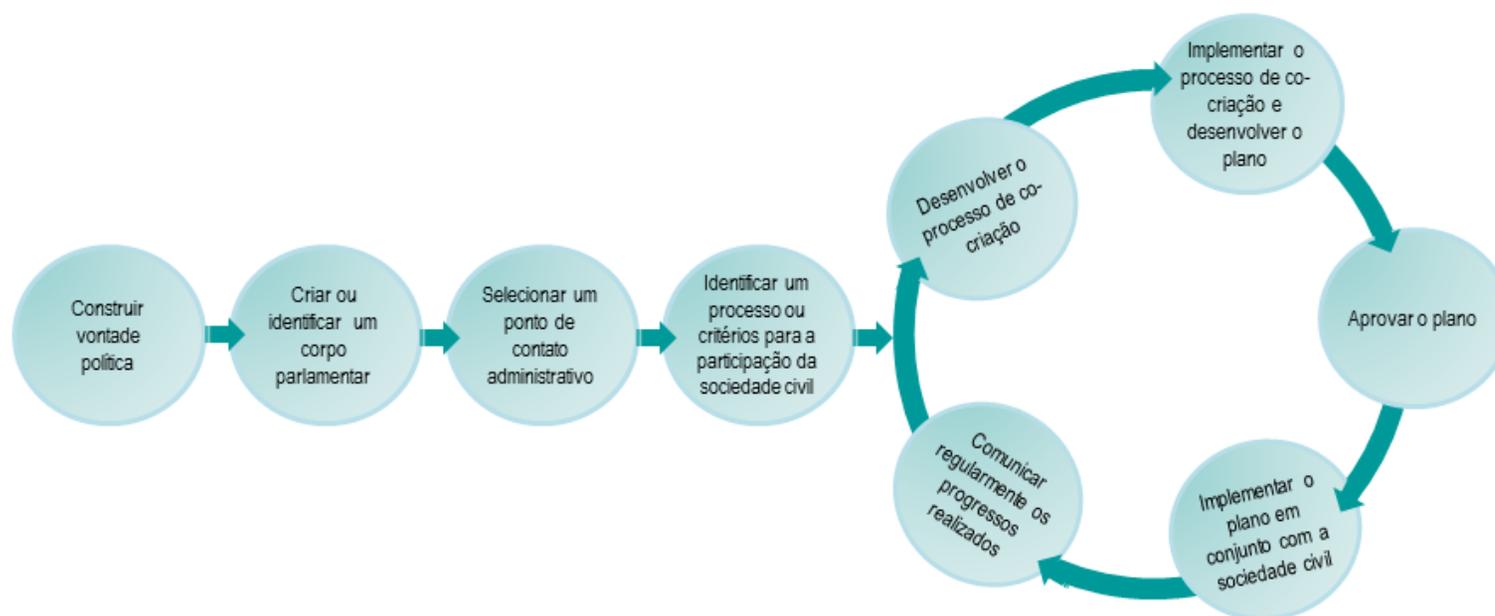
Sessão de trabalho 4: Diretrizes para o Desenvolvimento de Planos de Ação para o Parlamento Aberto

Os planos de ação do parlamento aberto são parte de esforços feitos por diferentes parlamentos do hemisfério em favor da abertura legislativa e, foram desenvolvidos em conjunto com a sociedade civil para promover transparência, responsabilidade, participação cidadã e ética nos poderes legislativos. Esta sessão foi moderada pelo Deputado **Vlado Mirosević** (Chile) e foi iniciada com o lançamento do [kit de ferramentas para a participação cidadã no processo legislativo](#), que começou a ser elaborado na 2ª reunião da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas, na Costa Rica. Na sequência, a Deputada **Karla Prendas** (Costa Rica) apresentou um [vídeo sobre a trajetória Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas](#). A sessão seguiu com a

apresentação Senadora **Blanca Ovelar** (Paraguai), que introduziu o [Documento de Trabalho: Diretrizes para o desenvolvimento de planos de ação de parlamento aberto](#), ao compartilhar lições aprendidas com o caso do Paraguai.

De acordo com o documento de trabalho, as e os parlamentares foram divididos em grupos para discutir e desenvolver recomendações relacionadas às etapas do ciclo de um plano de ação. Dentro do diálogo, destacou-se as recomendações para reforçar a participação cidadã no plano de ação e a importância de uma comunicação eficaz para fazer avançar a agenda do parlamento aberto, aspectos fundamentais para assegurar uma gestão

interna que garanta o cumprimento dos objetivos traçados e, o envolvimento de parlamentares como parte essencial do processo de preparação e implementação de planos de ação. O resultado desse diálogo servirá de base para o trabalho que será feito este ano, no desenvolvimento de um kit de ferramentas para o desenvolvimento de planos de ação de parlamento aberto.





Senadora **Blanca Ovelar** (Paraguai),
Presidenta eleita da
Rede de
Parlamento Aberto
do ParlAmericas

"Quando começamos a preparar o plano, primeiro tivemos a vontade política do presidente do congresso, e formamos uma comissão tanto na Câmara dos Senadores quanto na Câmara dos Deputados [...] e instalou-se muito rapidamente uma sintonia e um entendimento da enorme transcendência que a transparência tem, um parlamento aberto que permite fácil acesso do cidadão à informação pública, que explica suas ações, e que promove a probidade e a ética."



Comitê Executivo da Rede do Parlamento Aberto do ParlAmericas

Durante a 3ª reunião da Rede de Parlamento Aberto, foram eleitos os seguintes cargos do Comitê Executivo, sendo formados da seguinte forma:

Presidenta:

Senadora Blanca Ovelar (Paraguai)

Vice-Presidente pela América do Norte:
Deputado Randy Boissonnault (Canadá)

Vice-Presidente pela América Central:
Deputado Marvin Orellana (Guatemala)

Vice-Presidente pelo Caribe:
Senadora Sapphire Longmore (Jamaica)

Vice-Presidente pela América do Sul:
Deputado Javier Macaya Danús (Chile)

Vice-Presidente pela América do Sul (suplente):
Senador Andrés García Zuccardi (Colômbia)

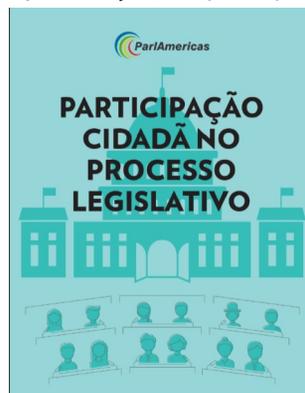
Observador:

Deputado Williams Dávila (Venezuela)

Kit de ferramentas de participação cidadã no processo legislativo

Este kit visa incentivar a participação cidadã no trabalho do parlamento de uma forma que contribua para melhorar a qualidade das decisões públicas. O kit foi desenvolvido em duas reuniões de co-criação na [Colômbia](#) e em [Trinidad e Tobago](#) em 2017, onde parlamentares das Américas e do Caribe trabalharam em conjunto com representantes da sociedade civil para identificar práticas, mecanismos e estratégias para promover a participação cidadã. Este esforço contemplou a revisão das leis e regulamentos dos 35 países das Américas, a fim de identificar como os espaços e as

oportunidades de participação cidadã foram regulamentados no trabalho legislativo. Para revisar esta publicação, [clique aqui](#).



“La mejor manera para enfocarnos en repetir ese proceso de cocreación es, primero que todo, hacer obligatorias las rendiciones de cuentas, segundo, tener un excelente mecanismo de control que sea independiente del liderazgo y de las mesas directivas, y tercero, tener siempre las puertas abiertas a la sociedad civil, además de contar con iniciativas creativas e innovadoras que busquen precisamente de manera voluntaria que la sociedad civil participe y que los congresistas estemos motivados a participar y continuar con estos procesos tan importantes para los congresos abiertos y transparentes.”



Senador **Andrés García Zuccardi** (Colômbia), Vice-Presidente suplente eleito da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas

Recomendações parlamentares ao ciclo do plano de ação de parlamento aberto, resultado desta sessão de trabalho

Participação cidadã	Comunicação efetiva	Gestão interna	Envolvimento de parlamentares
<ul style="list-style-type: none"> Promover a criação e fortalecimento de secretarias de participação cidadã para uma maior conexão com os mesmos Promover oportunidades para que os cidadãos e cidadãs participem com petições e reuniões distritais Envolver as organizações sociais desde o início e manter um canal de comunicação aberto 	<ul style="list-style-type: none"> Compartilhar com a cidadania os esforços parlamentares de abertura legislativa e, o benefício e a importância dos mesmos Preparar um plano de comunicação que compartilhe os pilares do parlamento aberto Gerar cápsulas de informação sobre o assunto que podem ser compartilhadas por redes sociais Estabelecer alianças com organizações da sociedade civil para que participem na estratégia de comunicação 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer reuniões regulares e uma metodologia clara para a elaboração de planos de ação Identificar uma pessoa responsável no parlamento pelo planejamento, implementação e monitoramento desses planos Contar com a participação de um órgão independente responsável pelo processo de co-criação e implementação do plano 	<ul style="list-style-type: none"> Explicar e compartilhar com as e os parlamentares os principais compromissos e princípios do parlamento aberto Criar um grupo ou comissão bicameral que se reúna com a sociedade civil para avançar no plano Promover iniciativas inovadoras e criativas que incentivem a promoção dos princípios do parlamento aberto dentro das legislaturas.

Planos de Ação de Parlamento Aberto nas Américas e no Caribe

- [Chile 2014-2016](#)
- [Chile 2017-2018](#)
- [Colômbia 2016-2017](#)
- [Costa Rica 2015-2016](#)
- [Costa Rica 2016-2017](#)
- [Guatemala 2016-2017](#)
- [Paraguai 2016-2018](#)

Sessão de trabalho 5: Novas Ferramentas e Mecanismos de Modernização e Abertura Legislativa nas Américas e no Caribe



Os parlamentares apresentaram diferentes ferramentas e mecanismos recentemente desenvolvidos para avançar na agenda de parlamento aberto e, para a modernização dos poderes legislativos. Esta sessão foi moderada pela Deputada Gladys Bejerano (Cuba), membro do Conselho do ParlAmericas.

País	Ferramenta ou Mecanismo
Canadá	Estratégia de comunicação do Senado Estratégia de comunicação que consiste em divulgar o trabalho do Senado por meio do envio de alertas, de uma revista digital chamada SenCa plus , de vídeos e relatórios de discussões de comissões, um boletim de notícias, entre outros elementos
Chile	Regulamento de participação cidadã Norma em elaboração que regula os mecanismos de participação cidadã no processo legislativo
Colômbia	Código aberto do aplicativo MiSenado Código aberto que facilita a colaboração entre usuários que queiram replicar o aplicativo MiSenado
Cuba	Sistema de gestão interna Portal que contém a informação das prestações de contas em nível provincial
Honduras	Comissão Ordinária de Ligação com a Sociedade Civil e Participação Comunitária Comissão parlamentar que serve de link com a sociedade civil, onde as leis de transparência e anticorrupção são trabalhadas
Peru	Papel zero Iniciativa que promove o uso de dispositivos eletrônicos para eliminar o papel e promover o acesso à informações relacionadas ao trabalho do parlamento na mídia virtual
Suriname	DNA App e atualizações para o site do parlamento Aplicativo móvel que permite o acesso a informações sobre o trabalho do parlamento para os cidadãos; Atualizações no site para permitir o acesso aos vídeos de sessões da comissão, transmissões ao vivo, alertas informativos, informações e documentos de contas e comentários de especialistas e instituições públicas, entre outros elementos

Compromissos de Parlamento Aberto Assumidos pelas Delegações de Parlamentares

Durante esta parte da reunião, os parlamentares apresentaram compromissos para avançar com a agenda de parlamento aberto em seus países. Esta sessão foi moderada pela Deputada Jennifer Simons (Suriname), Presidenta da Assembleia Nacional e membro do Conselho do ParlAmericas, que apresentou a nova ferramenta de compromissos parlamentares do ParlAmericas para registrar o progresso dos compromissos apresentados.

Ferramenta de Compromissos Parlamentares do ParlAmericas

Ferramenta que permite aos usuários visualizar, comparar, baixar e acompanhar o progresso dos parlamentos no cumprimento dos compromissos em favor da abertura legislativa, por meio de um modelo de semáforo. Este instrumento foi lançado durante a reunião e inclui os compromissos dos planos de ação de parlamento aberto dos países das Américas, bem como os compromissos apresentados pelas delegações parlamentares durante a reunião.

Convidamos os poderes legislativos a apresentar compromissos para a abertura legislativa através do site parlAmericasopn@parlAmericas.org. Para mais informações, consulte a [página web](#).

PARLAMENTO ABERTO

Início > PARLAMENTO ABERTO > Ferramenta de Compromissos Parlamentares

- História
- Nosso Trabalho
- Ferramenta de Compromissos Parlamentares
- Porque as e os Parlamentares Apoiam um Parlamento Aberto

Ferramentas de Compromissos parlamentares

Visão geral

Os parlamentos das Américas e do Caribe estão empreendendo esforços para abrir suas instituições, por meio da implementação de compromissos adotados nos Planos de Ação de Parlamento Aberto, no Plano de Ação para um Governo Aberto ou, daqueles submetidos diretamente ao ParlAmericas.

Essa ferramenta, disponível também para download, permite aos usuários e usuáries visualizar, acompanhar e comparar o progresso dos parlamentos na conquista de seus compromissos de abertura parlamentar, utilizando-se um modelo de semáforo como Indicadores.



Informação não disponível Não Iniciado Iniciado mas não concluído Em processo ou parcialmente concluído Concluído

Metodologia

Esta ferramenta contém compromissos adotados pelos parlamentos membros por meio de um dos seguintes métodos:

1. Compromissos legislativos adotados pelo país no Plano de Ação de Parlamento Aberto, tanto como um plano independente ou como um anexo ao Plano de Ação de Aliança para o Governo Aberto;
2. Compromissos legislativos adotados e incluídos no Plano de Ação de Aliança para o Governo Aberto;
3. Compromissos apresentados por delegações parlamentares que participaram de reuniões da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas.

O progresso de cada compromisso é mensurado e reportado ao ParlAmericas pelo respectivo parlamento.

Compromissos por Pilares do Parlamento Aberto

Consulte todos os compromissos parlamentares divididos por área temática, de acordo com os pilares do Roteiro para a Abertura Legislativa do ParlAmericas.



Planejamento Estratégico Transparência e Acesso à Informação Pública Prestação de Contas Participação Cidadã Ética e Probidade

Compromissos por Parlamento

	Chile	2017-2018 Plano de Ação de Parlamento Aberto 2014-2016 Plano de Ação de Parlamento Aberto	Compromissos Compromissos
	Colômbia	2016-2017 Plano de Ação para um Congresso Aberto e Transparente	Compromissos
	Costa Rica	2017-2019 Plano de Ação de Aliança para o Governo Aberto 2016-2017 Plano de Ação de Parlamento Aberto 2015-2016 Plano de Ação para a Abertura Legislativa	Compromissos Compromissos Compromissos
	Guatemala	2016-2017 Plano de Ação de Parlamento Aberto	Compromissos
	Paraguai	2016-2018 Plano de Ação para a Abertura Legislativa	Compromissos

Chile



Design Tecnológico, Formato e Conteúdo para Atualizar o Senador Virtual

Desenho de plataformas virtuais de cada corporação que facilitam a participação de organizações e cidadania no processo legislativo. Essas plataformas informarão sobre o conteúdo das diferentes contas, permitirão que as pessoas votem sobre os projetos de lei e, enviem suas indicações aos artigos.

Colômbia



Orçamento Aberto e Lobby Aberto

Reforçar a transparência e a informação aberta sobre os debates correspondentes à discussão do orçamento nacional. Discutir a lei de lobby.

Equador



Plano do Grupo Parlamentar Aberto e Comissão de Ética

Desenvolver um plano para o Grupo de Parlamentar Aberto e fortalecer a sociedade civil como atores-chave nos processos de participação. Construir um regulamento para a criação de uma comissão de ética.

Peru



Parlamento Aberto

Disponibilizar uma pré-publicação de qualquer iniciativa legislativa disponível. Estabelecer espaços para consulta com organizações da sociedade civil, particularmente com minorias. Estabelecer que o comitê de ética seja formado sob critérios de equilíbrio, mantenha seu desempenho independente e, tenha contra pesos políticos. Reconhecer que os cidadãos têm o direito de acessar informações sobre todos os assuntos de interesse público através de todos os meios de comunicação possíveis e existentes.

República Dominicana



Plano de Ação de Parlamento Aberto

Formular propostas para promover o processo de co-criação de um plano de ação de parlamento aberto. Realizar mesas de trabalho. Compartilhar o kit de ferramentas de participação cidadã com parlamentares e a sociedade civil.

Venezuela



Manter a Assembleia Nacional em Funcionamento

Abrir a Assembleia Nacional e manter o nosso compromisso de mantê-la em funcionamento. Avançar nos debates e discussões da lei de acesso à informação pública. Incentivar a participação da sociedade civil nas consultas públicas e emendas aos projetos de lei.

PARLAMENTOS PRESENTES



ARGENTINA



BAHAMAS



BELIZE



BOLÍVIA



CANADÁ



CHILE



COLÔMBIA



COSTA RICA



CUBA



EQUADOR



EL SALVADOR



GRANADA



GUATEMALA



HAITI



HONDURAS



JAMAICA



MÉXICO



PANAMÁ



PARAGUAI



PERU



REPÚBLICA
DOMINICANA



SÃO
CRISTÓVÃO E
NEVIS



SANTA
LÚCIA



SURINAME



VENEZUELA

Declaração do 3º Encontro da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas

Parlamentares de 25 países das Américas e do Caribe reunidos em Lima, Peru, nos dias 11 e 12 de abril, adotaram [10 compromissos](#) com a finalidade de continuar avançando os princípios de parlamento aberto, sendo eles, transparência, prestação de contas, participação cidadã e ética.



III Encuentro de la Red de Parlamento Abierto
III Encontro da Rede de Parlamento Aberto
III Gathering of the Open Parliament Network
III Rencontre du Réseau pour un parlement ouvert
Perú 2018

Para ver as entrevistas dos delegados durante a 3ª reunião da Rede de Parlamento Aberto, visite o canal do [YouTube](#) do Congresso da República do Peru.



Encontre ParlAmericas no iTunes e Google Play para ouvir as sessões das nossas reuniões.

Esta reunião foi possível graças ao generoso apoio do Congresso da República do Peru e do Governo do Canadá através do seu Ministério dos Assuntos Globais.



PARLAMERICAS



ParlAmericas É a instituição que promove a **DIPLOMACIA PARLAMENTAR** no **SISTEMA INTERAMERICANO**



ParlAmericas É composto pelas **35 LEGISLATURAS NACIONAIS** da América do Norte, Central, do Sul e do Caribe



ParlAmericas Facilita o intercâmbio das **MELHORES PRÁTICAS** parlamentares e promove o **DIÁLOGO POLÍTICO COOPERATIVO**



ParlAmericas Transversaliza a **IGUALDADE DE GÊNERO** atuando a favor do empoderamento político das mulheres e da aplicação de uma perspectiva de gênero no trabalho legislativo



ParlAmericas Promove o **PARLAMENTO ABERTO** apoiando os princípios da transparência, prestação de contas, participação cidadã e da ética e probidade



ParlAmericas Respalda as políticas e medidas legislativas para mitigação e adaptação dos efeitos das **MUDANÇAS CLIMÁTICAS**



ParlAmericas Trabalha para o fortalecimento da democracia e governança através do acompanhamento de **PROCESSOS ELEITORAIS**



ParlAmericas Está sediada em **OTTAWA, CANADÁ**

Secretaria Internacional do ParlAmericas

710—150 Wellington St., Ottawa, Ontario, K1P 5A4 Canadá

Telefone: +1 (613) 594-5222 | Fax: +1 (613) 594-4766

www.parlAmericas.org | info@parlAmericas.org

